

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

**Arquitetura e Urbanismo: Planejando e
Edificando Espaços**
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL-PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i>	
<i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i>	
<i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i>	
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
<i>Alessandro Alves</i>	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i>	
<i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA	353

PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?

Pablo Cesar Benetti

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro – RJ

Solange Araujo de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: Buscamos perceber a lógica do Projeto Urbano em Favelas de modo a conseguir elencar e definir as diferenças, categorias e especificidades com o objetivo de discutir de maneira crítica e propositiva a prática atual entendendo suas possibilidades e limitações. Favelas podem ser caracterizadas como território em permanente expansão seja horizontalmente – ocupando novas terras – seja verticalmente – intensificando o uso do solo. Esta dinâmica de transformação do território vem desde os primeiros momentos da ocupação e não podem ser desconsideradas pelo projeto. Nem sempre estas expansões são feitas em locais isentos de risco, gerando vulnerabilidade socioambiental. A nossa hipótese é de que a resiliência está diretamente ligada à maneira como são construídas as metodologias de projeto identificando atores que imprimam de fato suas lógicas no território, garantindo a sobrevivência futura dos mesmos. Nos casos

que exemplificamos, estes projetos são fruto de contratações do poder público que estabelece o escopo de trabalhos de arquitetos e os limites e relações com os moradores e outros órgãos de planejamento. Estudamos casos de referência de urbanização de favelas no Rio de Janeiro e em São Paulo, que mostram a permanente tensão entre projeto e a gestão futura do território.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Urbano, Favela, Resiliência

1 | INTRODUÇÃO

Na década de 1990, o Brasil começou a implementar uma política integrada de urbanização de favelas para mitigar os conflitos e riscos urbanos. O Projeto Urbano serviu, e serve até os dias de hoje, de base para as tomadas decisões de intervenção. O projeto continua sendo considerado um poderoso agente gerador de transformações desses assentamentos. Mas como as favelas responderam ao projeto urbano em programas de melhoria de favelas? Este artigo analisa e discute diferentes aspectos não explícitos do processo projetual em favelas, mas que influenciam no projeto urbano devido à particularidade dos territórios informais e que acabam por definir especificidades de projeto.

Discutimos e apresentamos estes aspectos a partir de casos em favelas do Rio de Janeiro e São Paulo que passaram por programas de urbanização pelo poder público e que são consideradas pelos gestores como eventos de obra concluídos, mostrando a permanente tensão entre projeto urbano e a gestão do território.

2 | PROJETO URBANO (EM FAVELAS)

O Projeto Urbano, na contemporaneidade, assume “múltiplos formatos e significados, segundo os diferentes contextos - urbanos, políticos, econômicos, sociais etc. - em que são propostos e implementados” (BARANDIER, 2015, p.102). Tsiomis (1996) define o projeto urbano como “uma qualificação espacial cuja transcrição se faz a partir de instrumentos próprios ao arquiteto-urbanista-paisagista, através de uma série de parâmetros aparentemente heteróclitos” (TSIOMIS, 1996).

O contexto urbano consolidado é determinante sobre as formas advindas do projeto, afirma Portas (2006), que sofrem “A pressão da paisagem urbana preexistente na cidade feita, consolidada pela história e densificada pelas atividades”. Neste sentido, o projeto urbano “deveria colocar-se como mais uma interpretação daquilo que os sítios, os grupos sociais, o Estado local concreto desejam e designam, pela sua presença real e por seus legítimos intérpretes, cultos ou genéricos” (2006, p.60). No caso do projeto urbano em favelas, o contexto urbano consolidado é a favela e seu entorno, entendendo que este território foi construído segundo uma lógica peculiar definida pelos seus moradores ao longo da história, sem o atendimento às normas oficiais de propriedade da terra, parcelamento do solo e edificações.

Lidar com diferentes atores, temporalidades, escalas são desafios para a concepção inovadora do projeto urbano na cidade contemporânea (TSIOMIS, 2006). Lembrando que cada ator tem sua própria lógica, a primeira dificuldade será articular com culturas diferentes de projeto, em vez de pretender trabalhar com uma única cultura. Outro desafio são as múltiplas escalas a serem enfrentadas: diferentes escalas programáticas e territoriais também são uma dificuldade. Lidar com as temporalidades dos diferentes atores (tempos políticos, técnicos, administrativos, financeiros, de negociações) é parte do processo, pois, como nos diz Tsiomis, “Conceber o território é saber assumir o risco do tempo” (2006, p.79).

Nas favelas, enquanto os projetos estão sendo desenvolvidos, respeitando tempos contratuais, o território das favelas vai sendo construído e transformado dentro dos tempos ágeis da informalidade urbana (fotos 1 e 2). Além disso, os tempos de duração dos projetos e das obras são frequentemente superiores aos tempos programados. Isto se deve a vários motivos: por se tratar de obra pública e sujeita a maior controle; pelo ambiente já estar construído, habitado e em pleno funcionamento ao longo de todo o processo; pela necessidade de troca e participação dos moradores, e de levantamentos diversos do ambiente da favela para entendimento do território; pela

lentidão nas aprovações e sucessivas paralisações, entre outros. Todo o processo de projeto ainda é atropelado por tempos políticos, que, com demanda de inaugurações, interferem nos cronogramas de projeto, na definição de prioridades e na boa execução das obras. Estes elementos determinam uma temporalidade específica (PETRAROLLI, 2015) à urbanização de favelas.



Fotos 1 e 2: Morro do Alemão/RJ. Fotos tiradas do mesmo ponto de vista, num intervalo de 7 meses, mostrando a agilidade da transformação do território. A área livre foi privatizada e totalmente ocupada.

Fonte: autora/2015.

De Biase (2012) defende a abordagem transdisciplinar da Antropologia da Transformação Urbana, cuja metodologia “foi traduzida na construção contínua de ferramentas conceituais e metodológicas que permitissem apreender a transformação na articulação de escalas e horizontes espaciais e temporais” (DE BIASE, 2012, p.199, tradução nossa). Para a autora, a cidade contemporânea:

“não é um simples cenário das interações do grupo estudado, uma cenografia, mas é um processo material e simbólico de espaços e tempos que são continuamente imaginados, narrados, negociados e projetados pelas pessoas que o habitam, por aqueles que os constroem e os administram e por todas as restrições (materiais, políticas, econômicas etc.) que vão surgindo paulatinamente. Os processos materiais, que transformam a cidade, os discursos que participam destas transformações, são tão entrelaçados que é necessário analisá-los de forma conjunta para poder entender sua complexidade e interdependências” (DE BIASE, 2012, p.199, tradução nossa)

Benetti (2003) alerta que o projeto urbano em favelas precisa partir da ideia de que a cidade é heterogênea e por isso não deve seguir a “imposição de modelos e ordenamentos previamente aceitos” (p.216), mas propor evidenciar a “novidade” que é a morfologia das favelas. O projeto urbano deve “valorizar o patrimônio construído e as visuais dominantes” (p.216), criando percursos e espaços públicos que valorizem as principais áreas da favela. A intervenção urbana demanda “propostas que entendam, por um lado, a lógica dos locais de intervenção (favelas e bairros) e que, ao mesmo tempo, tenham em mente a necessidade de dotar tais locais dos valores que caracterizam as áreas bem servidas da cidade” (p.217).

Ao longo de décadas, a arquitetura e o urbanismo estiveram às margens do

ambiente construído informalmente. Isso se deve, em grande parte, segundo Fiori e Brandão (2010), porque os assentamentos informais não faziam parte dos espaços de trabalho e projeto da arquitetura. Houve também uma ênfase nas dimensões socioeconômicas e políticas, e em etnografia urbana, enquanto foi dada pouca atenção à dimensão de projeto na cidade dita informal (FIORI e BRANDÃO, 2010, RAO, 2012).

O Sul Global está influenciado por modelos urbanos e práticas arquitetônicas herdados do Norte, cuja teoria gera normas e representações que se distanciam da realidade existente, definindo padrões e até desejos de cidade (RAO, 2012). A informalidade desafia as tradições do urbanismo e do projeto urbano. Rao (2012) nos lembra que “É a desordem que desafia o pensamento normativo em termos de expectativas e resultados.” (2012, p.672). Isto revela, segundo a autora, uma oportunidade para se repensar as práticas do urbanismo e da arquitetura, e uma necessidade de se rever o papel do projeto. O projeto e o planejamento são tratados como ferramentas de intervenção que garantem uma representação e direitos adequados à cidade através de uma política estratégica de inclusão, que é normativa, mesmo que com abordagens participativas (RAO, 2012).

Em resumo, o projeto urbano na contemporaneidade é caracterizado pelo enfrentamento de um contexto consolidado através do respeito e valorização das especificidades locais, pelas múltiplas escalas e temporalidades, pelos múltiplos atores e o desafio de como conseguir dar voz a eles, e a requalificação dos espaços públicos não com a determinação de usos mas como palco do exercício da democracia e que possibilite sua apropriação para as relações humanas contemporâneas em qualquer escala. Neste sentido, o projeto urbano em favelas é o que podemos considerar de mais contemporâneo. Por ter como problema o enfrentamento da informalidade e ao mesmo tempo sua integração ao contexto formal, sua complexidade só se potencializa. Os tempos de transformações da informalidade avançam e é preciso aprender a trabalhar como lidar com esta agilidade, ter consciência dos limites e possibilidades do projeto para crescer conjuntamente. É intrínseco ao projeto em favelas a multiescalaridade e sua envergadura social, além dos conflitos entre formal e informal que se refletem na construção e desconstrução de normas, padrões, dos papéis de atuação e de controle das transformações urbanas propostas pelo projeto e do que foi construído, que vão ganhando novos contornos pela apropriação de seus usuários e diferentes atores.

3 | MITIGAÇÃO DE RISCOS

Certamente, uma das frentes de trabalho nos projetos urbanos em favelas é a mitigação de riscos. As favelas surgem nos locais onde é possível a ocupação, e não necessariamente isto é sinônimo de terras adequadas para o uso habitacional, e o risco é um problema intrínseco destes assentamentos no Brasil. Não necessariamente todo o assentamento está sujeito à risco, mas é comum parte do território da favela

configurar-se como área de risco que precisa ser desocupada, ou resolvida através de soluções técnicas.

Não pretendemos aqui defender a ocupação de áreas expostas ao risco, mas sim trazer uma reflexão sobre as escolhas que grupos em vulnerabilidade socioambiental precisam fazer. A demanda por habitação muitas vezes faz com que o risco seja um problema mais distante, menor, e morar em área de risco significa estar exposto a algo que pode acontecer algum dia, talvez, provável. Já não ter onde morar é estar exposto a um risco social de todos os dias, do cotidiano, preciso e presente. Optar por um ou outro é sempre muito tenso e cruel. O custo do solo urbano é muito alto para se "desperdiçar" área vazia, mesmo que exposta a risco, em favelas próximas a trabalho, transporte público, facilidades urbanas. E esta é apenas uma das dimensões da vulnerabilidade que não pode ser esquecida na política de redução de riscos (MARCHEZINI, 2015).

Nas favelas, a mitigação dos riscos envolve atividades multidisciplinares, como a coleta de resíduos sólidos (lixo), soluções de drenagem, de contenções, reflorestamento, limpeza de rios e córregos, soluções viárias, remoção de casas, além da conscientização sobre a ocupação de áreas impróprias. As soluções adotadas são variadas e seu custo estimativo é um dos elementos que interfere na abordagem escolhida. Dependendo da estimativa de custo, o tratamento do risco pode sair da verba prevista para a urbanização da favela e ser viabilizado por outro órgão público ou programa complementar às melhorias urbanas, ou pode até inviabilizar a própria urbanização da favela, como no caso de Parque Unidos de Acari, onde a solução através de diques para o tratamento das zonas alagadiças inviabilizou o custo total da urbanização. Neste caso, ao ter o custo estimativo das intervenções, a SMH interrompeu o contrato de projeto e desistiu de urbanizar a favela. Neste sentido, o Projeto Urbano passa a ter um papel fundamental, pois deve tornar o investimento o mais eficiente possível. Associar as demandas do programa às necessidades locais num mesmo evento passa a ser estratégia projetual para que as prioridades, como a mitigação do risco e a implementação de um novo espaço público, possam ser executadas como solução integrada (fotos 3 e 4).



Fonte: Acervo PMSBC/2005.



Fonte: autora/2014.

Fotos 3 e 4: PAC-Alvarenga, Sítio Bom Jesus, São Bernardo do Campo/SP. Margens do rio

foram desocupadas envolvendo os moradores nas decisões quanto à solução integrada para tratamento da área de risco e espaço público.

A garantia da permanência das áreas livres projetadas como espaços de uso coletivo, evitando a reocupação e com isso a recriação de áreas de risco, depende totalmente da apropriação social que consiga ser estruturada em torno das mesmas. Não basta projetar e construir determinadas soluções. É preciso construir, além do meio físico, alianças entre os moradores e usuários potenciais de cada local que possam defender no futuro as áreas livres de uso coletivo face a ocupações indesejadas.



Foto 5: Jardim Olinda/SP.
Fonte: autora/2017.



Foto 6: Encosta e praça do Grotinho,
Paraisópolis/SP.
Fonte: autora/2017.

Após as obras, o Estado em geral se retrai e “entrega” novamente o território modificado às forças locais – moradores, coletivos locais, associações de moradores – que são obrigadas assim a conviver com milícias e/ou traficantes armados que impõem um poder assimétrico. A efetiva incorporação destes locais à cidade raramente acontece porque a fiscalização e manutenção pública, que ocorrem no resto da cidade, aqui estão ausentes ou são intermitentes. Comparado com o resto da cidade, afirmamos que não há o mesmo tipo e intensidade de regulação urbana nas favelas. Exemplos em São Paulo nos mostram como é frágil esta condição do espaço coletivo. Enquanto, em frente aos novos edifícios de reassentamento, o campo de futebol construído pelo poder público foi privatizado por grupo que cobra pela manutenção da área de lazer (foto 5), a encosta e praça, também construídos pelo poder público em Grotinho, em Paraisópolis/SP, estão em pleno processo de ocupação por uma facção do narcotráfico, que expandiu seus negócios loteando-os, 8 anos após a entrega das obras (foto 6).

Estes exemplos de reocupação - privatização de territórios que, em tese, deveriam continuar coletivos, coloca duas questões fundamentais: de uma parte, a necessidade de participação na elaboração do programa dos projetos incluindo aí a construção de alianças com a população para a manutenção social dos mesmos; em segundo lugar, a questão da gestão pós-obras, que deveria ser pensada de forma compartilhada entre poder público e organizações sociais representativas da favela.

A participação, quando acontece, se limita muitas vezes à aprovação dos projetos e raramente inclui a construção junto com a população das alianças político-sociais necessárias para a manutenção futura.

Já a gestão pós-obras raramente acontece com continuidade, deixando os locais modificados à sua própria lógica de ocupação, seja por necessidade ou por especulação. Infelizmente, estas intervenções não mudam o status legal e simbólico das favelas de forma definitiva.

Há inúmeras críticas a este modelo de política de urbanização que tem a abordagem demasiadamente enfocada nas intervenções físicas em detrimento dos investimentos em programas de desenvolvimento social e de combate à pobreza que deveriam vir integrados ao processo de melhorias urbanas.

Pesquisas e autores latino-americanos afirmam que a abordagem integrada do projeto aumenta a qualidade de vida urbana, mas que os benefícios sociais implantados pela urbanização de favelas não são suficientes para garantir a inclusão social, visto que os programas sociais de suporte não são prioridade frente às intervenções físicas (BUENO, 2000, FIORI et al., 2001, CARDOSO, 2002, CAVALLIERI, 2003, DIAGONAL & DEMANDER, 2005, MAGALHÃES & VILLAROSA, 2012). Porém, é necessário pontuar que há nestas afirmações um certo reducionismo, porque mesmo o eventual desenvolvimento econômico e social não resolve a questão do status legal e simbólico da favela perante a sociedade, que definitivamente regula a relação dos moradores de favelas com o Estado. A chamada “ausência” do Estado não está localizada na carência de políticas sociais e de desenvolvimento, embora seja óbvio que podem ser incrementadas e melhoradas, mas está focada no tratamento hipócrita dado a estes locais, que são reconhecidos mas não são legitimados.

Não há como desconhecer que problemas sociais, de renda, de discriminação e segregação tem uma dimensão espacial evidente. A cidade que nos foi legada tem as marcas da desigualdade impressas no espaço, então intervenções espaciais são esforços importantes de correção destas marcas. A desvalorização maniqueísta das intervenções espaciais, embora ancorada em uma suposta valorização dos programas sociais, como contraponto acaba servindo, mesmo que involuntariamente, para perpetuar o abandono destes territórios à sua própria lei.

4 | GESTÃO URBANA EM FAVELAS

Os resultados de monitoramento e avaliação sobre a 1ª fase do Programa Favela Bairro apontaram que as melhorias em infraestrutura e inadequação habitacional referente às condições sanitárias foram significativas com as urbanizações (CAVALLIERI, 2003), mas seu objetivo central – a integração e a transformação da favela em bairro – ainda não atingiu um resultado satisfatório.

A integração não se dá apenas fisicamente, passa também pela integração

social, econômica e institucional (de gestão urbana). Nas áreas pesquisadas, 54% dos moradores consideraram que a favela se tornou um bairro, mas 29% opinaram que a área ficou ‘meio bairro / meio favela’ e 15% estimaram que ainda vivessem numa favela (DIAGONAL & DEMANDER, 2005). Sem dúvida, as intervenções públicas de melhorias urbanas ajudaram na qualidade ambiental das favelas urbanizadas, mas a falta de gestão após as obras e falta de manutenção dos serviços públicos e dos equipamentos coletivos comprometem a integração da favela à cidade (MAGALHÃES e VILLAROSA, 2012).

Um ponto interessante para observar como esta gestão desconhece a realidade das favelas é a questão da expansão das favelas e a verticalização das moradias após a urbanização, e que recolocam a mitigação do risco na pauta do dia. As obras de urbanização trazem a sensação de que a remoção está definitivamente afastada do horizonte dos moradores e provocam a evidente valorização dos locais de moradia. Estes dois fatores desencadeiam um processo de crescimento urbano em absoluto diferente da lógica de construção individual que originou a favela.

Em muitos casos, estas expansões podem comprometer a sustentabilidade das melhorias urbanas. Para combater estas ações, tentar controlar e garantir a sustentabilidade das intervenções, fiscalizar, prestar orientação aos moradores nas novas obras e implantar o processo de regularização urbanística e edilícia, e assim garantir o pós-obras, a prefeitura carioca introduziu a partir de 1997 nas favelas urbanizadas o Posto de Orientação Urbanístico e Social – POUISO. A tentativa de gestão urbana através do POUISO teve bons resultados no controle e expansão horizontal das favelas (IPP, 2009), mas esta política nunca foi prioridade e hoje está sem grande expressão institucional.

Um dos “indicadores” para a fiscalização e controle da expansão vertical adotados pelo POUISO era a observação da chegada de material de construção e sua destinação. Na realidade, é uma política estruturada contra a lógica dominante de edificação das favelas até esse momento, e como ela não se assenta em nenhum novo pacto urbano, aparece mais como uma face repressiva do que como uma ação de mediação. A mediação é uma das características das relações em favelas, sobretudo nas origens. Demarcações de limites, permissão para construir, conflitos entre vizinhos, eram mediados pelas associações de moradores. A legitimidade desta mediação advinha do papel político das Associações na resistência contra as remoções, o que não apenas as legitimava politicamente como as colocava no papel de autoridade reconhecida na resolução de conflitos. Com o progressivo esvaziamento político das Associações, com a interferência do poder armado, com a ausência jurídico-legal do Estado nestes territórios, com a cooptação política por partidos tradicionais, esta legitimidade é definitivamente corroída, embora em alguns casos ainda funcione.

O POUISO em nenhum momento entendeu que era necessária uma negociação pela qual o “congelamento” da favela pudesse significar uma mudança efetiva de reconhecimento do status da favela. Mesmo contando com funcionários e colegas

competentes, dedicados e sensíveis, sua prática esteve sempre sujeita a esta limitação essencial, e sua voz de fato ficava em um meio caminho entre a legalidade da favela e a legalidade oficial.

Uma das primeiras tentativas de controle da expansão do território das favelas foram os eco-limites (uma cerca feita de pilaretes em perfis metálicos de aprox. 1,50m de altura e cabos de aço ligando estes pilaretes), implantados nos anos 1990, mas percebe-se que há fatores além de elementos urbanos que influenciam no controle da expansão. Nos casos das favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, no bairro do Leme/RJ, apesar de vizinhas e com eco-limites implantados pelo poder público, diferentes processos de expansão geraram morfologias muito distintas das duas favelas. Em Chapéu Mangueira, houve um trabalho intenso da Associação de Moradores de conscientização dos moradores, o que evitou a expansão horizontal da favela em direção à mata mas não a verticalização das moradias. Hoje, a favela ainda se mantém praticamente com a mesma delimitação dentro dos eco-limites. Já na Babilônia, esse limite não foi respeitado e a favela avançou na mata (foto7). Desde 2015, a expansão se acentuou, incentivada pela saída do poder público após as obras do Morar Carioca, mas também pela nova diretoria da Associação que assumiu na ocasião e passou a autorizar novas construções na mata.



Foto 7: Favelas Babilônia e Chapéu Mangueira, entre a mata e o bairro do Leme/RJ. Babilônia (esq.) é esparsa, com vegetação e luminosidade internas. Chapéu Mangueira (dir.), circunscrita aos eco-limites, é uma favela vertical, densa e mais sombria em seu interior.

Fonte: Tales Lobosco/2011.

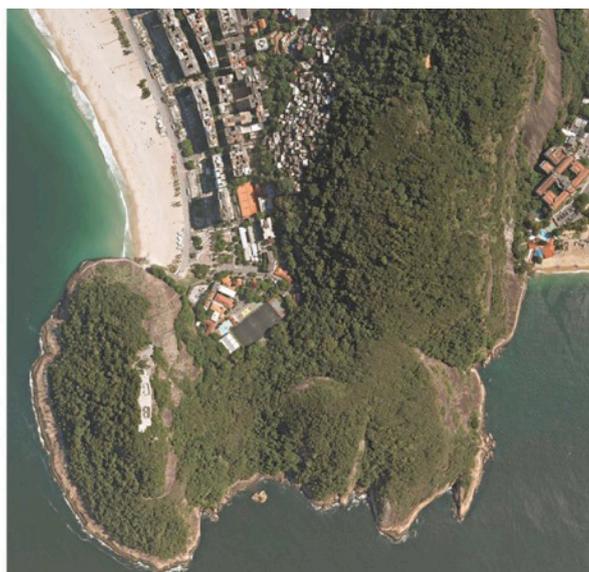
Ambos exemplos mostram o papel diferenciado das associações de moradores locais e as limitações estruturais das mesmas. As duas formas de expansão horizontal e vertical são típicas da história das favelas e dirigidas pelo esforço individual dos moradores, mesmo que hoje não necessariamente vinculado a uma necessidade real.

Processos especulativos de pequenos empreendedores urbanos fazem parte também destas expansões e não podem ser ignorados.

Exemplos bem sucedidos de proteção da mata tem origem no Programa de Mutirão Reflorestamento, que funcionou durante muito tempo colocando equipes de moradores como gestores do território, com remuneração e atribuições para o reflorestamento e cuidado da mata atlântica. Na Babilônia, este programa evoluiu para a criação de uma cooperativa local – a CoopBabilônia, que é um exemplo de uma parceria público-privada há quase vinte anos, em conjunto com o Shopping Rio Sul que financia as ações de reflorestamento e eco-turismo (fotos 8 e 9).



Fonte: Iplan Rio/1984.



Fonte: IPP/2013.

Fotos 8 e 9: Comparação das Ortofotos de 1984 e 2013 das encostas junto à Babilônia e Chapéu Mangueira/RJ, mostrando o avanço do reflorestamento feito pela CoopBabilônia.

A falta de continuidade e de gestão urbana no pós-obras são fatores que vem comprometendo a sustentabilidade das ações públicas nas favelas (MAGALHÃES & VILLAROSA, 2012), como demonstra o caso de Cantinho do Céu/SP. O trecho onde o parque foi construído está com boa gestão urbana, embora algumas ações não tenham permanecido no tempo, como o cinema ao ar livre (foto 10). Mas outro trecho, onde moradias foram removidas e a obra interrompida antes da implantação do parque, hoje está sendo reocupada e todo o trabalho de cadastramento dos moradores para indenização foi perdido (foto 11).



Foto 10: Parque de Cantinho do Céu/SP.

Fonte: autora/2017



Foto 11: Reocupação das margens do manancial, em Cantinho do Céu/SP.

Fonte: autora/2017.

Mesmo com a adoção de uma política habitacional integrada, Fiori et al. (2001) identificaram, em pesquisa sobre o Programa Bairro Favela feita em 1999-2000, que a cultura mono-setorial ainda prevalecia no planejamento e intervenção, e apresentou críticas sobre o enfrentamento de vários setores que relutavam em atender às populações faveladas. Anos depois desta constatação, a situação permanece atual nas instituições públicas brasileiras. No setor público, ainda é muito complexo trabalhar de forma integrada, pois há muita resistência em todos os níveis institucionais. Fiori (2014) alerta que ainda nos falta desenvolver estratégias espaciais para promover o engajamento e políticas de transformação institucional. Ele defende que:

“A articulação do projeto espacial com o redesenho das instituições político-urbanas e regulamentações é um desafio inevitável e a pedra angular de qualquer estratégia espacial que vise contribuir para a criação de cidades inclusivas capazes de acomodar uma variedade de lógicas de produção da cidade, de apropriação e de uso.” (FIORI, 2014, p.47).

Certamente este redesenho institucional deveria partir do pressuposto do reconhecimento legal e social das favelas como locais dotados de uma cultura de construir diferenciada adaptando os órgãos de gestão a esta realidade.

5 | PARTICIPAÇÃO E RESILIÊNCIA

Em políticas públicas de urbanização de favelas, a participação é uma exigência, mas como isso vem sendo articulado? A falta de participação popular efetiva nos processos decisórios é uma constante em obras públicas em todo o país, e não é exclusividade na urbanização de favelas. Muitas vezes isso se deve a escopos e tempos de contrato de Projeto Urbano que não consideram a efetiva participação dos moradores no processo decisório, parecendo até, pelo contrário, ser parte de uma estratégia governamental que tem como objetivo reduzir a participação e o debate no processo. Paradoxalmente, a participação da população nos projetos públicos

vem sendo cada vez mais exigida pelo Estado e pelos órgãos financiadores no processo de urbanização de favelas. Mesmo assim, as metodologias e processos para conseguir maior participação parecem estar ainda distantes de seu objetivo. Os moradores reclamam que não têm influência nas decisões. Pelo contrário, se sentem invadidos, tratados como moradores com menos direitos e são consultados apenas para a formalização e aprovação de ideias e concepções já prontas, sem nenhuma representatividade daquela comunidade.

Está arraigada na sociedade brasileira a ideia de que há diferentes classes de cidadãos – uns com mais direitos do que os outros. A “cidadania insurgente” (HOLSTON, 2008) contribui para a passividade das populações locais diante da aceitação e de críticas simultâneas de instituições autorizadas. Isso também contribui para estrangimentos em processos participativos. Suas ideias e propostas, quando faladas, muitas vezes são minimizadas ou não são levadas em consideração pelos técnicos e órgãos públicos, quase que numa relação de “oprimidos” e “opressores” (FREIRE, 1987).

A situação se agrava quando o PAC, no Rio de Janeiro, passa a atuar como uma perversa aliança político-empresarial que serve como alimento para a corrupção e o financiamento das campanhas eleitorais. O foco desta aliança é a produção de grandes obras, com poucas referências anteriores de custo, e cuja prioridade está ancorada não nas demandas da população, mas no volume de recursos que podem utilizar (FERREIRA, 2017).

Os casos do teleférico do Alemão (fotos 12 e 13) e da elevação da linha férrea em Manguinhos são casos típicos deste novo modelo de intervenções. No primeiro caso, é extremamente salutar que seja pensada a mobilidade para além dos limites da favela. Porém, quando esta opção é colocada como única alternativa ao tratamento da mobilidade interna, temos um caso claro de inversão de prioridades. Se no caso do Complexo do Alemão existe uma tentativa de conexão com a cidade através de um novo modal de transporte, no caso de Manguinhos a situação é pior porque a elevação da linha, de alto custo, protelou o efetivo saneamento do local. O resultado disto é que moradores continuam com suas casas alagadas quando chove e a área embaixo da linha férrea, que pretendia ser um espaço coletivo de integração entre as favelas vizinhas do Complexo de Manguinhos, hoje é um local ermo e vazio conhecido como “cracolândia”. Não há justificativa para que este investimento tenha sido a maior parte do custo total da obra de urbanização. A percepção de que a opinião dos moradores não conta, ou de que as prioridades de investimento são decididas em reunião das quais não participam, encontra nestes dois casos justificativa concreta.



Fotos 12 e 13: Complexo do Alemão/RJ.

Fonte: autora/2015.

Experiências práticas demonstram a importância da participação dos moradores no processo de projeto da intervenção urbanística (BONDUKI, 1992; MAGALHÃES & VILLAROSA, 2012) – não confundir participação com informação ou comunicação dos projetos. A participação efetiva dos usuários no projeto é também um instrumento que pode garantir a permanência do uso coletivo dos espaços públicos projetados. Benetti (2017) acredita que:

“o projeto não pode ser apenas um ato formal, sua sustentabilidade e permanência no tempo dependem do laço social construído neste momento (*do projeto*) e posteriormente, na execução das obras.

Não há nenhuma garantia de que a praça continuará sendo praça e que os acordos que a fizeram possível serão mantidos ao longo do tempo. Apenas o uso social consolidado pode garantir a permanência do executado, cada morador que participou, que colocou um tijolo, fez uma fundação, levantou um pilar, plantou uma árvore é, em parte, um aliado nesta defesa e preservação.” (BENETTI, 2017, p.101, texto grifado nosso)

A resiliência está diretamente ligada à maneira como são construídas as metodologias de projeto identificando atores que imprimam de fato suas lógicas no território, de modo a garantir a sobrevivência futura dos mesmos. E neste sentido, entendemos resiliência como a capacidade de transformação que busca a melhoria do sistema (VALE, 2012), e não a manutenção de um status preexistente, deficiente e sem sustentabilidade urbana. Neste sentido, a construção desta aliança deve passar por um esforço consistente de empoderamento das populações locais que as constitua em sujeitos políticos capazes de definir o programa do projeto urbano. Isto raramente acontece, limitando a participação das populações ao papel de consultores.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos exemplos construídos em favelas pelo poder público que mostram como é frágil a condição de gestão dos espaços coletivos, sejam em áreas de risco, praças ou mesmo edifícios públicos. Ainda é um grande desafio para o projeto urbano

no processo de urbanização de favelas encontrar mecanismos eficientes para tratar o risco de modo permanente e a custos viáveis, adotar soluções urbanas que ajudem a evitar a reocupação e privatização das áreas livres, e transformá-las em espaços democráticos.

As questões apontadas neste artigo demonstram a necessidade de se compreender com que território estamos lidando e do redesenho das instituições político-urbanas e regulamentações, que teimam em colocar as melhorias urbanas em favelas no campo da doação e não no campo do direito. Favelas carregam as marcas de sua origem e desenvolvimento cuja lógica predominante foi a do esforço individual com momentos de solidariedade entre vizinhos. Esta cultura de continuar ocupando o território somente pode ser mudada se construído um novo pacto de relação entre favelas e Estado, acabando com a permanente relação de proibição permitida.

Iniciativas bem sucedidas mostram o óbvio: não há como fazer uma gestão efetiva sem o engajamento direto da população nesta gestão. Após 30 anos de investimentos em favelas, moradores que vivenciaram obras públicas de urbanização em suas áreas vem pautando a discussão sobre a importância do papel dos moradores como protagonistas no processo, em contraposição ao que vem sendo praticado.

Certamente a permanência e efetividade das intervenções está ligada a uma nova forma inovadora de construção do processo de projeto urbano que traga a participação política como um dos seus fundamentos, estimulando a autonomia das organizações políticas locais. Esta nova forma de relação entre poder público e poderes locais deveria servir como base para uma gestão compartilhada dos espaços coletivos em favelas. Isto é o que mostram os exemplos bem sucedidos do mutirão de reflorestamento.

Finalmente, o caminho mais longo e árduo é o que muda definitivamente o status simbólico e legal das favelas aceitando-as como partes da cidade, com lógicas próprias, mas não por isso menos legítimas.

Acreditamos que a compreensão de questões como as que estão aqui pautadas, contribuirão para a gestão e consolidação do projeto urbano em favelas como ferramenta capaz de integrar a gestão dos espaços coletivos e promover a resiliência, sendo instrumento efetivo de desenvolvimento urbano sustentável.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A autora foi bolsista da CAPES pelo Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE / Processo nº 88881.189053/2018-01.

REFERÊNCIAS

BENETTI, P. Projeto Urbano em Favelas. In: **Urbanismo Dossiê São Paulo Rio**. SCHICCHI, M.C.;

BENFATTI, D. (orgs.). Campinas: PUCCSMP/PROURB, 2003. p.213-223.

BENETTI, P. Costuras Urbanas na Avenida Central do Morro do Alemão: “isto não é uma praça...” In: BENETTI, P.; CARVALHO, S. (orgs.). **Praça Pr’ Alemão Ter: o germinar de uma praça verde no morro do Alemão**. Rio de Janeiro: UFRJ-PROURB-FAU/Instituto Raízes em Movimento, 2017. p.88-101.

BONDUKI, N. **Habitação & Autogestão: Construindo territórios da utopia**. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BUENO, L. **Projeto e favela: metodologia de projetos de urbanização**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

CARDOSO, A. O Programa Favela Bairro – uma avaliação. In: **Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT – Habitação e Meio Ambiente: Assentamentos Precários**. São Paulo: IPT, 2002. p.37-50.

CAVALLIERI, F. Favela-Bairro: Integração de Áreas Informais no Rio de Janeiro. In: ABRAMO, P. (org.) **A Cidade da Informalidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003. p.265-296.

DE BIASE, A. Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço à uma antropologia da transformação da cidade. **Redobra**, Salvador, n.10, p. 190-206, 2012.

DIAGONAL Urbana Consultoria Ltda.; DEMANDER Comunicação e Marketing Ltda. **Monitoramento e Avaliação**, Cadernos Favela-Bairro, Volume 4. Rio de Janeiro: PCRJ/SMH, 2005.

FERREIRA, P.E. **O Filé e a Sobra as Favelas no Caminho do Capital Imobiliário**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2017.

FIORI, J. et al. **Physical Upgrading and Social Integration in Rio de Janeiro: the Case of Favela Bairro**. In: DISP 147, Zurich, 2001.

FIORI, J.; BRANDÃO, J. Spatial Strategies and Urban Social Policy: Urbanism and Poverty Reduction in the Favelas of Rio de Janeiro. In: HERNANDEZ, F.; KELLET, P.; ALLEN, L. (eds.). **Rethinking the Informal City: Critical Perspectives from Latin America**. Nova York: Berghahn Books, 2010.

FIORI, J. Informal City: Design as Political Engagement. In: VEREBES, T. (ed.). **Master-planning the Adaptable City: computational urbanism in the twenty-first century**. Nova York: Routledge, 2014. p.40-47.

FREIRE, P. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (original, 1970).

HOLSTON, J. **Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os Pouso’s e o Programa Favela-Bairro**. Coleção Estudos Cariocas Nº 20090501, Maio 2009. Rio de Janeiro: IPP, 2009. Disponível em <<http://www.data.rio/>> Acesso: 01 fev. 2018.

MAGALHÃES, F.; VILLAROSA, F. **Urbanização de Favelas: Lições Aprendidas no Brasil**. Washington: BID, 2012.

MARCHEZINI, V. Redução de vulnerabilidade a desastres: dimensões políticas, científicas e

socioeconômicas. In: **WATERLAT-GOBACIT Network Working Papers, Newcastle upon Tyne and São Paulo**, v. 2, p 82 – 102, dez 2015.

PETRAROLLI, J. **O Tempo nas Urbanizações de Favelas: Contratação e Execução de Obras do PAC no Grande ABC**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território), UFABC, Santo André, 2015.

PORTAS, N. Contextos e Transformações. In: PINHEIRO MACHADO, D. (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006. p.59-63.

RAO, V. Slum as a Theory: Mega-Cities and Urban Models. In: CRYSLER, C.G.; CAIRNS, S.; HEYNEN, H.. **The SAGE Handbook of Architectural Theory**, p. 671-686. London: SAGE Publications Ltd, 2012.

TSIOMIS, Y. O Ensino do Projeto Urbano entre a Crise e a Mutação. In: PINHEIRO MACHADO, D., VASCONCELLOS, E. (orgs.). **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 1996.

TSIOMIS, Yannis. Projeto Urbano, Embelezamento e Reconquista da Cidade. In: PINHEIRO MACHADO, Denise B. (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006, p.65-79.

VALE, L. Interrogating Urban Resilience. In: HAAS, T. (ed.). **Sustainable Urbanism and Beyond: Rethinking Cities for the Future**. NY: Rizzoli, 2012. p.22-23.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4



9 788572 474474